

Harry G. Frankfurt. (2015). *On Inequality*. Princeton NJ: Princeton University Press. Xi + 102 pp. Tradução portuguesa: *Sobre a Desigualdade*. (2016). Tradução de Sara Lutas; revisão científica de Aires Almeida. Lisboa: Gradiva. 77 pp.

O objetivo fundamental de *On Inequality*¹ é o de pensar a importância da igualdade económica para a moralidade. De acordo com Frankfurt, a igualdade económica não é uma panaceia: ela não contribui diretamente para a resolução dos problemas morais nem fará obrigatoriadamente as pessoas mais felizes. Deste modo, é um equívoco considerar que um mundo mais igualitário é suficiente para que daí resulte uma moral sã e uma maior felicidade.

Por igualdade económica deve entender-se uma “doutrina que defende ser desejável que todos tenham a mesma quantidade de rendimentos e riqueza (resumindo, “dinheiro”)). Ora, do ponto de vista moral, o essencial não é que todos tenham o mesmo, mas sim que tenham o suficiente. E é a este propósito que Frankfurt utiliza a expressão “doutrina da suficiência”, ou seja, não se trata de todos termos o mesmo dinheiro, mas o *suficiente* para podermos viver bem, independentemente do que os outros possuam. Tal significa que devemos pensar o que se entende por suficiente em vez de estarmos obcecados com a igualdade. Além do mais, as pessoas, ao considerarem que a igualdade é um bem moralmente importante, preocupam-se com os outros

¹ Que aperfeiçoa duas versões de artigos publicados em *Ethics* 98, n.º 1, (outubro de 1987) e *Social Research* 64, n.º 1 (primavera de 1997), respetivamente “Equality as a moral Ideal” e “Equality and Respect”.

em vez de cuidarem delas próprias, quer dizer, com aquilo que é realmente relevante (suficiente) para elas. Relembremos que há, frequentemente, desacordo entre as noções de igualdade e de liberdade, pois, se somos iguais, é a liberdade que é reprimida e se somos livres teremos de admitir que pode haver desigualdade. Para Frankfurt, o proeminente é atender que a moral diz respeito ao que é suficiente e indispensável para cada um de nós.

No entanto, um dos argumentos que dá um valor *intrínseco* à igualdade económica, divulgado pelo economista Abba Lerner, baseia-se no princípio da *utilidade marginal decrescente* – princípio que merece, na primeira parte de *On Inequality*, uma atenção particular. Trata-se de saber se uma distribuição equitativa do dinheiro “maximiza a utilidade agregada”, ou seja, a satisfação dos membros da sociedade. Com efeito, tudo indica que mais vale o dinheiro ser distribuído de forma igual do que desigual, como se o essencial fosse saber se há mais *utilidade* quando tal acontece, pois, se todos ganhassem o mesmo, diz Frankfurt, não seria líquido que tal aumentasse a utilidade agregada. Deste modo, é mérito do autor o estímulo para repensar as noções de igualdade e utilidade, e a satisfação que eventualmente poderiam produzir nos membros da sociedade. Trata-se, na verdade, de interrogar como é que se relaciona o grau de satisfação com o rendimento, no intuito de saber se a igualdade económica tem efeitos na utilidade e satisfação dos membros de uma sociedade.

Na sua crítica à noção de igualdade, desponta então a ideia de que esta não tem, por si mesma, um valor moral, podendo até ser um obstáculo àquilo que é moralmente importante. O argumento da distribuição igualitária pode falhar na maximização da utilidade agregada. De facto, o essencial é saber o que é a suficiência, algo que está longe de se confundir com a pobreza. O que significa para alguém ter o suficiente é encarado como a satisfação que lhe pode proporcionar. Ora, tal pressupõe que não temos forçosamente que invejar os que ganham mais do que nós, nem tão pouco considerar que, se estamos satisfeitos, deixámos de ter ambições. Numa expressão que nos parece lapidar, escreve Frankfurt: “O que faz ser um mal que certas pessoas tenham vidas más não é haver outras com vidas melhores. O mal reside simplesmente no facto evidente de as vidas más serem más”

(p. 73; trad., p. 63). Por conseguinte, Frankfurt quer apenas referir que a noção de igualdade não é essencial para uma vida boa. De tal forma que o próprio valor de igualdade é derivado, ou seja, mais importante do que a igualdade é, por exemplo, o respeito. Uma coisa é desejar que todos sejam iguais e outra é tratar cada um em função das suas particularidades. E se ser igual não significa necessariamente ser imparcial, tal é pretexto para que Frankfurt antepõe o valor do respeito ou da imparcialidade ao da igualdade. O autor insiste de tal forma nesta questão que chega a considerar que a igualdade não tem sobre a desigualdade “qualquer vantagem moral inerente”, contrariamente ao que pensava, por exemplo, Isaiah Berlin. Sem informações relevantes, nada garante que uma distribuição igual seja preferível a uma desigual.

Detenhamo-nos agora em aspectos que podiam merecer uma discussão alargada. Em primeiro lugar, o pressuposto de que devemos diferenciar a igualdade enquanto valor intrínseco (por ela própria) e extrínseco (valor instrumental, em função dos efeitos) está longe de ser consensual. Se se trata de um dos desígnios da reflexão de Frankfurt, o que aconteceria se tal não fosse possível, ou seja, se fosse um equívoco considerar que a igualdade tem essas duas características, distintas e até incompatíveis?

Um segundo aspeto prende-se com o facto de o problema não ser tanto o de haver quem tenha mais do que outro, mas sim de não se ter uma vida suficientemente boa (o que, obviamente, exclui a pobreza, pois ninguém que seja pobre pode dizer que tem uma vida suficientemente boa). Este é outro dos pressupostos de *On Inequality*. Ora, podemos distinguir a desigualdade económica das considerações morais (que nos conduzem a uma vida suficientemente boa)? Dir-se-á que se há no mundo desigualdades económicas gritantes, isso tem sempre implicações morais inevitáveis. Não se pode separar o que não é separável, e uma reflexão (como a de Frankfurt) que o faça arrisca-se a não compreender verdadeiramente uma vida “suficientemente boa”. Assim, tanto a suficiência como a pobreza jamais poderão “separar-se” da desigualdade económica. Sem dúvida que Frankfurt está contra a desigualdade. Mas ao “isolá-la” pode ser censurado por não se

aperceber que as suas consequências (em termos sociais e morais) são inevitáveis. Discutir a questão da desigualdade é *nolens volens* discutir o problema da injustiça social e das questões morais concomitantes. Por fim, uma doutrina da suficiência leva cada um a pensar em si próprio: naquilo que é suficiente para ter uma vida boa, enquanto o igualitarismo remete necessariamente para um pensamento que nos relaciona com os outros. Uma vez mais: como é possível alguém preocupar-se apenas com ela própria? Como é possível entrincheirar a moral em cada um de nós, nos nossos desejos e preferências?

Uma investigação que merece ser lida e relacionada com a perspectiva de Frankfurt é a de C. Starmans, M. Sheskin e P. Bloom, autores de “Why people prefer unequal societies”², defendendo que, mais do que a desigualdade, é a injustiça (ou não equidade) económica (*economic unfairness*) que preocupa as pessoas. Na verdade, os seres humanos valorizam mais a “distribuição justa” do que a “distribuição igual”. Deste modo, as preferências vão para a “fair inequality” mais do que para a “unfair equality”. As pessoas, no mundo real, são sensíveis à distribuição justa, equitativa e, pensamos nós, justamente porque se toma em consideração o ponto de vista moral. Os autores citam o ensaio *On Inequality*, de Frankfurt, e mencionam o seu próprio ponto de vista sobre a desigualdade sublinhando os argumentos psicológicos. Com efeito, tentam perceber o que se entende por justo (*fair*) para diferentes sociedades e pessoas. Esta sensibilidade em relação ao que é justo determina a sua posição em relação à desigualdade, quer dizer, as pessoas preocupam-se muito mais com a questão da equidade (*fairness*) do que com a desigualdade *itself*.

É por isso pertinente convocar os argumentos que relacionam a questão da igualdade com o ponto de vista moral. Relembremos, por exemplo, a perspetiva de outras áreas do conhecimento, como a do zoólogo e etologista Frans de Waal que defendeu, em *Good natured* (2003), a ideia de que os primatas são sensíveis às distribuições justas e injustas de forma emotiva, mais do que cognitiva. Com esta e outras

² Cf. Starmans, C. / Sheskin, M. / Bloom, P. «Why people prefer unequal societies». *NATURE HUMAN BEHAVIOUR* 1, 0082 (2017) | DOI: 10.1038/s41562-017-0082 | www.nature.com/nathumbehav.

perspetivas alarga-se o espetro semântico da desigualdade e põe-se com outra acuidade o problema da moralidade.

Se é mérito de Frankfurt pensar conjuntamente economia e filosofia, a ênfase que dá à vida moralmente boa como possuindo os seus próprios critérios leva-o a rejeitar categoricamente o pressuposto de que o igualitarismo tem uma importância moral intrínseca. Deste modo a igualdade promove outros valores, mas não necessariamente os valores morais. No segundo ensaio de *On Inequality* destaca-se este aspeto. Por fim, se é incontestável que Harry Frankfurt desafia o fascínio que a noção de igualdade exerceu e exerce sobre filósofos e economistas, o seu ponto fulcral é que a vida moral nos deve obrigar a olhar para nós em vez de olharmos obsessivamente para as desigualdades. Se há conservadores que simpatizam com este tipo de reflexões, há outras perspetivas que não concebem a possibilidade de separar desigualdade, injustiça social e vida moral.

JOSÉ MANUEL HELENO